

À PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATO DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS.

RECURSO ADMINISTRATIVO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2022

Processo nº 202000010000417

ASSOCIAÇÃO MATERVITA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 21.721.001/0001-03, com sede na Rua 04, nº 338, Quadra 55 – Lote 103, Sala 11, Setor Central, Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.020-060, **por** intermédio de seus Advogados e bastante Procuradores infra-assinado (M. J.), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO AO RESULTADO DE HABILITAÇÃO DO ENVELOPE 01** referente ao Edital de Chamamento Público nº 004/2022 (Processo nº 202000010000417), considerando fatos suscitados na ata datada de 16/03/2022:

I. DA TEMPESTIVIDADE:

A Ata da Sessão de Julgamento de Habilitação de Edital de Chamamento Público nº 004/2022 (Processo nº 202000010000417), datada no dia 16/03/2022, atestou que haveria o prazo de 02 (dois) dias para apresentação de Recurso Administrativo ao Resultado de Habilitação do Envelope, conforme também previsto já em edital.

Neste contexto, observando que o **Resultado Preliminar de Habilitação** foi divulgado no dia 21/03/2022, no site da SES/GO, o Recurso apresentado pela MATERVITA, ora Recorrente, deve ser considerado, nos termos legais, como tempestivo, vez que foi protocolado dentro do prazo limite definido (23/03/2022).

II. DA BREVE SÍNTESE DOS FATOS:

Nos termos do cronograma previsto no Edital de Chamamento Público nº 004/2022 (Processo nº 202000010000417, no dia 17/03/2022, a Comissão de Avaliação responsável por conduzir todos os trabalhos pertinentes ao procedimento de seleção, abriu o envelope identificado como ENVELOPE nº 01 da ASSOCIAÇÃO MATERVITA, bem como os envelopes das demais interessadas, oportunidade em que foram realizados os apontamentos por todos os participantes.

Feita a ampla análise de todos os documentos e apontamentos, a Comissão de Análise divulgou, no dia 21/03/2022, o Resultado Preliminar de Habilitação, indicando a ASSOCIAÇÃO MATERVITA como INABILITADA, em razão de, **supostamente**, não ter preenchido 03 (três) requisitos previstos no Edital. Vejamos:

d) ASSOCIAÇÃO MATERVITA:

- 1) Apresentou ata de recomposição do Conselho de Administração, contudo não apresentou ata de eleição de 5 (cinco) dos atuais membros, apenas alegando que “as 10 (dez) vagas preenchidas” de modo que não atendeu o disposto editalício, quanto a apresentação de ata do atual conselho. Calha ressaltar, que se a composição atual se deu em duas ou mais atas, deveriam todas serem trazidas, a fim de se demonstrar toda a eleição do atual Conselho de Administração.*
- 2) Ademais, a Diretoria Executiva demonstra grau de parentesco em confronto com o §3º Art. 21 do Estatuto Social da concorrente, bem como da própria Lei 15.503/2005*
- 3) Declaração de visita Técnica não validada pela unidade.*

Porém, as razões pela Associação MATERVITA fora INABILITADA não devem prosperar, considerando que houve o preenchimento de **todos** os quesitos previstos no edital, conforme será demonstrado adiante.

III. DAS RAZÕES DO PRESENTE RECURSO:

A Comissão Interna de Contrato e Gestão de Serviços de Saúde, ao analisar a documentação contida no “Envelope de Habilitação” - ENVELOPE 01 decidiu por INABILITAR a Organização Social - ASSOCIAÇÃO MATERVITA, conforme argumentação apresentada no tópico acima.

Todavia, a justificativa apresentada pela Comissão mostra-se equivocada, em razão de as supostas irregularidades relacionadas a questão documental – apresentação das Atas de eleição de todos os membros do Conselho de Administração e Declaração de Visita Técnica válida, constarem no envelope 01, conforme previsto no Edital.

De igual modo, a justificativa relacionada a composição da Diretoria Executiva – existência de membros com grau de parentesco, prevalece o entendimento de que a Organização Social (Terceiro Setor) é uma personalidade jurídica de natureza PRIVADA, portanto, a vedação prevista no §1º da Lei 15.503/05 não é aplicável ao caso em questão.

HABILITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MATERVITA:

1) ATAS DE ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

A Comissão Interna de Contrato de Gestão, inicia a fundamentação para inabilitar a ASSOCIAÇÃO MATERVITA alegando que a associação: *“Apresentou ata de recomposição do Conselho de Administração, contudo não apresentou ata de eleição de 5 (cinco) dos atuais membros, apenas alegando que “as 10 (dez) vagas preenchidas” de modo que não atendeu o disposto editalício, quanto a apresentação de ata do atual conselho. Calha ressaltar, que se a composição atual se deu em duas ou mais atas, deveriam todas serem trazidas, a fim de se demonstrar toda a eleição do atual Conselho de Administração”.*

Ocorre que, analisando detidamente a documentação apresentada no ENVELOPE 01, mais especificadamente no **ITEM 03 (Pág. 9); ITEM 22 (Pág. 84) e, ITEM 23 (Pág. 88)**, constata-se que todas as ATAS referentes ao Conselho de Administração e eleição de seus membros foram apresentadas. Portanto, não há que falar-se em ausência de apresentação de ATAS.

A Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia **18/09/2021**, **acostada às fls. 88 a 93**, teve como pauta a realização da recomposição do Conselho de Administração, sendo que na oportunidade foram eleitos os membros: **Victor Hugo Vieira Nogueira, Fábio Antônio Curado Azevedo, Vânia Cristina Rodriguez Salazar, Emilene Ferreira Antionri e Tatiane Moreira Freira**, para início do mandato em **14/10/2021**, vejamos:

**MaterVita**

ATA
ASSOCIAÇÃO MATERVITA
CNPJ Nº. 21.721.001/0001-03

1
2
3

4 **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZOITO DE**
5 **SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.** Aos dezoito dias de setembro de dois mil e vinte e um,
6 reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os senhores membros associados da Associação
7 MaterVita e demais interessados conforme lista de presença anexa, realizada na sede da Associação
8 MaterVita, sito à Rua 4, nº 338, Qd. 55, Lt. 103, Sala 11, Setor Central, Goiânia – GO, CEP 74.020-
9 060, convocada conforme edital publicado no jornal Diário da Manhã, Ano 40, Edição nº. 122.193, de
10 09 de Setembro de 2021, para aprovação de alteração do Estatuto Social, formalização de admissão de
11 novos associados, realização de adequações na Diretoria Executiva da Associação MaterVita em razão
12 de vacância nos cargos de Superintendente Administrativo-Financeiro e Superintendente
13 Multiprofissional, e na composição do Conselho de Administração, tendo em vista a proximidade do
14 fim do mandato de parte dos conselheiros. Às 9h, dando início aos trabalhos, a senhora Andrea Nunes
15 Bernardes, Presidente da Associação, presidiu a presente assembleia, realizou conferência do quórum
16 para instalação em primeira convocação. Não havendo quórum, foi realizada conferência para segunda
17 convocação às 9h30min, verificando o quórum de associados conforme lista de presença anexa, que
18 passa a fazer parte integrante da presente. Por unanimidade, foi indicada para presidir a reunião a Sra.
19 **Andrea Nunes Bernardes**, que aceitando a indicação, convidou-me Leana Vilmar Bernardes, para
20 secretariá-la. Com quórum suficiente, a Sra. Presidente, ao fazer uso da palavra agradeceu a presença
21 de todos, ao tempo que esclareceu ter sido a convocação da assembleia extraordinária motivada pelos
22 seguintes pontos de pauta: 1º) a aprovação da alteração do Estatuto Social da MaterVita; 2º)
23 formalização de admissão de novos associados; 3º) realização de recomposição da Diretoria
24 Executiva, nos termos do art. 37, § 7º do Estatuto da MaterVita, haja vista a vacância dos cargos de
25 Superintendente Administrativo-Financeiro e Superintendente Multiprofissional; e 4º) realização de
26 **recomposição do Conselho de Administração**, tendo em vista o fim do mandato de parte dos
27 conselheiros a partir de 14 de outubro de 2021, nos termos do art. 53 do Estatuto da MaterVita. Deste

18/09/2021 - Protocolo nº. 1724391 - 26/09/2021

Ressalta-se que as Conclusões da Assembleia Geral realizada no dia 18/09/2021, apresenta objetiva e claramente os membros que foram eleitos para iniciarem o mandato em 14/10/2021, bem como a relação dos membros que haviam sido eleitos em 14/10/2019 e foram mantidos até 13/10/2023, vejamos:

MEMBROS ELEITOS NA AGE DE 14/10/2019, CUJO MANDATO PERMANECERÁ ATÉ 13/10/2023

Nome	Denominação Cargo	Mandato	Status
Vanilce Vilmar Bernardes	Membro eleito entre os associados	14/10/2019 a 13/10/2023	MANTIDA
Karina Milhomem da Sousa	Membro eleito entre os associados	14/10/2019 a 13/10/2023	MANTIDA
Reginaldo Pires Ferreira Filho	Membro eleito de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral	14/10/2019 a 13/10/2023	MANTIDO
Lorena Bernardes de Oliveira	Membro eleito de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral	14/10/2019 a 13/10/2023	MANTIDA
Hélio Junior Moreira Rezende	Membro eleito pelos empregados da MaterVita	14/10/2019 a 13/10/2023	MANTIDO

Rua R-4, qd. 55, Lt. 103, sala II, Setor Central, Goiânia-GO
 associacaomatervita@gmail.com


 Andréia Vilmar Bernardes
 Advogada
 OAB/GO 42.333

Associado MaterVita
 CNPJ: 21.721.001/0001-03

Andréia Vilmar Bernardes

MEMBROS ELEITOS NA PRESENTE AGE, PARA MANDATO REMANESCENTE (14/10/2021 A 13/10/2023)

Nome	Denominação Cargo	Mandato	Status
Victor Hugo Vieira Nogueira	Membro eleito entre os associados	14/10/2021 a 13/10/2023	ELEITO
Fábio Antônio Curado Azevedo	Membro eleito entre os associados	14/10/2021 a 13/10/2023	ELEITO
Vânia Cristina Rodriguez Salazar	Membro eleito entre os associados	14/10/2021 a 13/10/2023	ELEITO
Emilene Ferreira Antionori	Membro eleito de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral	14/10/2021 a 13/10/2023	ELEITO
Tatiane Moreira Freire	Membro eleito de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral	14/10/2021 a 13/10/2023	ELEITO

1.201.123 - Protocolo nº 1.724.331 - 28/09/2023



Além disso, foi acostada ao Envelope 01, fls. 98 e seguintes, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia **14/10/2019**, que trata da eleição dos membros do Conselho de Administração que foram mantidos no momento da recomposição, vejamos:


MaterVita

ATA

ASSOCIAÇÃO MATERVITA

CNPJ Nº. 21.721.001/0001-03

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA QUATORZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Aos quatorze dias do outubro de dois mil e dezanove, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os senhores *Alexandre Costa Albino, André Spenzler Carneiro de Mendonça, Antônio de Melo Azeiteiro, Célia Regina de Oliveira, Célio Ribeiro de Barros, Charles Gomes Solte, Gerival Aires Negre Filho, Hélio Junior Moreira Rezende, José Willian de Oliveira, Karina Milhomem de Sousa, Leana Vilmar Bernardes, Leonardo Taveira Lopes, Lorena Bernardes de Oliveira, Luis Gustavo Nicolli, Pedro Tavares Neto, Reginaldo Pires Ferreira Filho, Tatiane Moreira Freire, Vanilce Vilmar Bernardes, Carla Juliana dos Santos, Júlio César Vieira Nogueira, Renato Pereira de Souza*, e demais interessados conforme lista de presença anexa, realizada na sede da Associação MaterVita, sito à Rua 4, nº 338, Qd. 55, Lt. 103, Sala 11, Setor Central, Goiânia - GO, CEP 74.020-060, convocada conforme edital publicado no jornal Diário da Manhã, Ano 39, Edição nº. 11.623, de 04 de Outubro de 2019, para constituição do Conselho de Administração, admissão de novos associados, dentre outros assuntos de interesse da Associação MaterVita. Às 09h, dando início aos trabalhos, o Sr. Renato, Superintendente Executivo da Associação, presidiu a presente assembleia, realizou conferência do quórum para instalação em primeira convocação, o qual verificou o necessário quórum de associados, conforme lista de presença anexa, que passa a fazer parte integrante da presente. Por unanimidade, foi indicado para presidir a reunião o Sr. Renato, que aceitando a indicação, convidou-me Vanilce Vilmar Bernardes, para secretariá-lo. Com quórum suficiente, o Sr. Presidente, ao fazer uso da palavra agradeceu a presença de todos, ao tempo que esclareceu ter sido a convocação da assembleia extraordinária motivada pela necessidade de formalização de admissão de novos associados, bem como, pela constituição do novo

Rua R-4, qd. 55, Lt. 103, sala 11, Setor Central, Goiânia-GO
contato@matervita.org.br

Associação MaterVita
CNPJ 21.721.001/0001-03

MaterVita
Conselho de Administração

	Nome	Denominação Cargo	Mandato
1º	Júlio César Vieira Nogueira	Membro eleito entre os associados	14/10/2019 a 13/10/2021
2º	Alexandre Costa Albino	Membro eleito entre os associados	14/10/2019 a 13/10/2021
3º	Pedro Tavares Neto	Membro eleito entre os associados	14/10/2019 a 13/10/2021
4º	Vanilce Vilmar Bernardes	Membro eleito entre os associados	14/10/2019 a 13/10/2023
5º	Karina Milhomem de Sousa	Membro eleito entre os associados	14/10/2019 a 13/10/2023
6º	Luis Gustavo Nicolli	Membro eleito de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral	14/10/2019 a 13/10/2021
7º	Célia Regina de Oliveira	Membro eleito de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral	14/10/2019 a 13/10/2021
8º	Reginaldo Pires Ferreira Filho	Membro eleito de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral	14/10/2019 a 13/10/2023
9º	Lorena Bernardes de Oliveira	Membro eleito de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral	14/10/2019 a 13/10/2023
10º	Hélio Junior Moreira Rezende	Membro eleito pelos empregados da MaterVita	14/10/2019 a 13/10/2023

P3 - Protocolo nº. 188953 - 22/10/2019

Ou seja, não há dúvidas que, conforme solicitado pela Comissão, a MATERVITA acostou todas as atas de eleições dos membros da atual composição do Conselho de Administração.

Deste modo, requer seja desconsiderado a justificativa de inabilitação em virtude da não apresentação de todas as atas, haja vista, todos os documentos estarem presentes no ENVELOPE 01.

2) DIRETORIA EXECUTIVA – GRAU DE PARENTESCO:

Ato contínuo, a Comissão de Avaliação para inabilitar a ASSOCIAÇÃO MATERVITA, também aduz que: *“2) Ademais, a Diretoria Executiva demonstra grau de parentesco em confronto com o §3º Art. 21 do Estatuto Social da concorrente, bem como da própria Lei 15.503/2005”.*

De imediato, antes de adentrarmos na defesa de mérito, cabe relatar que a **Comissão Interna de Contrato de Gestão em Serviços de Saúde**, em caso análogo – **Chamamento Público Nº 06/2019 (Processo nº 201900010038452)**, decidiu, ao julgar o mesmo questionamento – dirigentes membros de OS com grau de parentesco, que: ***“A Lei 15.503/2005 não veda que sua entidade possua, dentre seus dirigentes, membros com grau de parentesco entre si, não havendo que se falar em nepotismo no âmbito institucional da própria entidade, que possui natureza privada”.*** [Grifos e destaques inseridos]. Vejamos:

7) FUNDAÇÃO PIO XII (INABILITADA): a) A certidão registrada em cartório, sob nº 40.131, expedida em 06 de dezembro de 2019 (fls. 17), observou o prazo de 60 (sessenta) dias anteriores à abertura dos envelopes. Constatou-se que houve duas novas averbações após o registro nº 40.131, entretanto, ambas as averbações – 40.281 e 40.359 – deliberaram, respectivamente, sobre eleição e posse dos membros da diretoria, e aprovação da proposta do contrato de gestão, não promovendo alterações no estatuto social da entidade, podendo-se concluir que o estatuto apresentado (fls. 05 a 16) é o último registrado; b) **Os índices liquidez geral e corrente apresentaram resultado menor que 1 (um), razão pela qual foi inobservado o item 5.3, i.3, do edital. Ademais, os valores de ativo circulante e passivo circulante, constantes do balanço patrimonial apresentado em sua forma digital (fls. 54 a 78) divergem daqueles apresentados na publicação do balanço no D.O (fls. 53)** c) O Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da entidade (fls. 42) é compatível com o objeto da seleção (86.10-1-01 – Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências); d) A certidão emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (fls. 44) é apta a comprovar a regularidade da entidade em relação a tributos estaduais (ICMS) da sede da proponente; e) A certidão negativa de tributos municipais (fls. 48) foi emitida por ente público, motivo pelo qual dispensa cópia autenticada; f) O comprovante de registro no Conselho Regional de Medicina – CRM (fls. 112) é apto a comprovar o registro da entidade no referido conselho, uma vez que o registro está vinculado ao CNPJ da sede da entidade (49.150.352/0001-12), tratando-se do mesmo CNPJ informado nos demais documentos apresentados pela fundação, sendo irrelevante a menção ao estabelecimento Hospital São Judas Tadeu no documento emitido pelo CREMESP, já que a unidade mantida possui o mesmo nº do CNPJ de sua mantenedora e localiza-se no mesmo endereço da sede da fundação; g) Nos termos do art. 2º, § 2º, da Lei 15.503/2005, ficam dispensadas do cumprimento do disposto nas alíneas “a”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do inciso II do art. 2º e nos arts. 3º a 5º da referida lei, as entidades já qualificadas perante os demais Estados, de reconhecida experiência, especialmente técnica, nas áreas de suas atuações, situação na qual a entidade se enquadra, uma vez que a mesma foi qualificada definitivamente no ano de 2009 perante o Estado de São Paulo; **h) A Lei 15.503/2005 não veda que a entidade possua, dentre seus dirigentes, membros com grau de parentesco entre si, não havendo que se falar em nepotismo no âmbito institucional da própria entidade, que possui natureza privada;** i) A entidade apresentou a documentação dos seus dirigentes (fls. 36 a 41), conforme relação informada na (fls. 32); ~~j) A entidade apresentou ata de eleição dos membros da~~

Secretaria de Estado da Saúde
SES

Kendy
7

Assim, demonstrado o entendimento emanado pela Comissão Interna de Contrato de Gestão em Serviços de Saúde na época do Chamamento Público 06/2019, requer-se que a Comissão atual, inclusive composta por parte dos mesmos avaliadores atuais, mantenha o entendimento, haja vista que a natureza jurídica **privada** da ASSOCIAÇÃO MATERVITA não permite correlação com nepotismo.

Explica-se ainda que, a interpretação equivocada de que a Lei 15.503/2005 veda a contratação de membros do mesmo grupo familiar está diretamente ligada a Súmula Vinculante 13¹, editada pela Suprema Corte, a qual incumbida de zelar pela constituição e impedir o nepotismo, vetou a contratação de membros com grau de parentesco na **administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

No entanto, as Organizações Sociais (OS) que compõe o Terceiro Setor são entidades **PRIVADAS**², sem fins lucrativos, e com personalidade jurídica própria, constituídas na forma de associações ou fundações, logo, não há que falar-se em vedação da contratação de membros com grau de parentesco e/ou na aplicação da Súmula Vinculante 13.

Destaca-se que, a Súmula Vinculante 13 aplica-se aos casos de ocupação de cargos de livre nomeação e exoneração, o que, evidentemente, não ocorre no Terceiro Setor, pois não há que se falar em nomeação na iniciativa privada.

1 Súmula Vinculante 13:

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na **administração pública direta e indireta** em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal. (Grifamos)

2 Lei 10.406/02 - CÓDIGO CIVIL:

Art. 44. **São pessoas jurídicas de direito privado:**

I - As associações;

II - As sociedades;

III - As fundações.

IV - As organizações religiosas;

V - Os partidos políticos.

VI - (Revogado Pela Medida Provisória nº 1.085, de 2021)

§ 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

§ 2º As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código.

§ 3º Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica.

Neste sentido, a Lei Estadual nº 15.503/2005 prevê em seu art. 3º, § 1º, a vedação de vínculo de parentesco, contudo, nos mesmos moldes que a Lei federal, ou seja, não há qualquer previsão de proibição de vínculo de parentesco entre os dirigentes da organização social, vejamos a redação:

Art. 3º (...)

§ 1º É vedada a participação, no Conselho de Administração e em diretorias da entidade, de cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau, **do Governador, Vice-Governador, dos Secretários de Estado, Presidentes de autarquia ou fundação, Senadores, Deputados federais, Deputados estaduais, membros do Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios** e, ainda, **dos integrantes do quadro de direção de quaisquer outros órgãos da Administração direta e indireta**, nesta compreendidas as empresas estatais, todos do Estado de Goiás. (Grifamos)

Analisando o texto de lei, conclui-se que o IMPEDIMENTO é **exclusivamente** quanto a PARTICIPAÇÃO de “de cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau” das seguintes pessoas **“do Governador, Vice-Governador, dos Secretários de Estado, Presidentes de autarquia ou fundação, Senadores, Deputados federais, Deputados estaduais, membros do Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios dos integrantes do quadro de direção de quaisquer outros órgãos da Administração direta e indireta, nesta compreendidas as empresas estatais, todos do Estado de Goiás”**, e somente nesses casos – grau de parentesco com os impedidos supracitados, é vedado a participação no Conselho de Administração e em diretorias da entidade (Organização Social), **o que não é o caso em questão.**

Ressalta-se ainda que, o dispositivo supra possui total relação com o previsto na Lei Federal nº 13.019/2014³, inclusive, cabe registrar que tal dispositivo foi incluído na

3 “Art. 39 – (...)

IV - Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;”

Lei Estadual após a alteração da lei federal, logo, pode-se concluir que tal alteração se deu exatamente para que a lei estadual permanecesse alinhada com o que preconiza a lei federal.


Deste modo, vislumbra-se que, a ASSOCIAÇÃO MATERVITA não trata de um órgão da Administração Direta e Indireta, mas sim de uma pessoa jurídica de direito privado e, considerando tal ponto, permite-se trazer a previsão do art. 5º, XVII e XVIII da CF/88, no qual dispõe que as organizações da sociedade civil possuem liberdade de associação e auto-organização, não podendo a Administração Pública interferir na sua gestão, devendo a fundamentação apresentada ser desconsiderada e a ASSOCIAÇÃO MATERVITA habilitada.

3) DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA:

Por fim, para inabilitar a ASSOCIAÇÃO MATERVITA, apresentou-se a justificativa que: *“3) Declaração de visita técnica não validada pela unidade”*.

De imediato, relata-se que, o Edital prevê a descrição acerca da elaboração do documento e disponibiliza o modelo a ser seguido, de modo que, os representantes da ASSOCIAÇÃO MATERVITA **elaboraram a DECLARAÇÃO nos exatos termos do modelo disponibilizado**, e ao realizarem a visita técnica preocupou-se em também colher a assinatura do representante do Hospital visitado, conforme é possível verificar na declaração anexada no envelope 01 (Fls. 71). Vejamos:

71

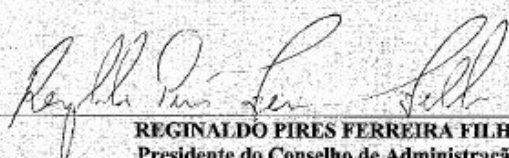
 **MaterVita**


DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA NA UNIDADE DE SAÚDE

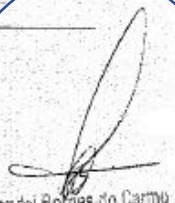
Ref.: Chamamento Público nº 04/2022

Pela presente DECLARAÇÃO, tomo público para os devidos fins, que representando a Organização Social, denominada **ASSOCIAÇÃO MATERVITA**, compareci no **HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIÂNIA**, localizado na Avenida Alfredo Nasser, sem número, Parque Estela Dalva VII, Luziânia-GO, CEP: 72820-200. E atesto ter conhecido as instalações físicas, equipamentos e demais condições que possam, de qualquer forma, influir sobre a elaboração da Proposta de Trabalho.

Em Goiânia, 10 de MAIO de 2022


REGINALDO PIRES FERREIRA FILHO
Presidente do Conselho de Administração
Associação MaterVita




Wendel Borges do Carmo
Gerente Administrativo
HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIÂNIA

Rua R-4, qd. 55, lt. 103, sala II, Setor Central, Goiânia-GO
associacaomatervita@gmail.com

Associação MaterVita
CNPJ: 21.721.001/0001-03

Deste modo, presente o documento “DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA”
validado pelo responsável pela unidade/hospital, requer, seja desconsiderado a

fundamentação explanada pela comissão e que a ASSOCIAÇÃO MATERVITA seja habilitada.

IV. DOS PEDIDOS:

Diante dos fatos e argumentos expostos acima, requer-se que o presente Recurso Administrativo seja CONHECIDO e PROVIDO, com a reforma integral da Decisão preliminar que considerou a ASSOCIAÇÃO MATERVITA como inabilitada, declarando a ASSOCIAÇÃO MATERVITA como HABILITADA para concorrer ao Chamamento Público nº 004/2022 - Processo nº 202000010000417.

Do mesmo modo, requer seja declarado a INABILITAÇÃO DO INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO – IMED, bem como, a manutenção da decisão quanto à inabilitação das outras Organizações Sociais participantes do certame.

Nestes Termos, Pede Juntada e Deferimento.

Goiânia, Estado de Goiás 23 de março de 2022.

ASSOCIAÇÃO MATERVITA

CNPJ sob o nº 21.721.001/0001-03

Representante Legal

Thiago Pires Monteiro

OAB/GO 49.373